

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CAPÍTULO I: DO FUNDO

1. O CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR, doravante designado **FUNDO** (“**FUNDO**”), constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de até 14 (quatorze) anos, contados da data da primeira integralização de Cotas do **FUNDO** (“Prazo de Duração”). O **FUNDO** é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”) e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

- 1.1.** O **FUNDO** terá o mesmo prazo de duração do Fundo Intermediário (conforme definido em 3.2.1 abaixo) que, por sua vez, terá um prazo de duração determinado de até 14 (quatorze) anos, contados da data da primeira integralização de cotas do Fundo Investido.
- 1.2.** O Fundo Investido (conforme definido em 3.2.2 abaixo), por sua vez, terá prazo de duração de 10 (dez) anos, nos termos de seu regulamento, prazo este que poderá ser prorrogado: (i) por 2 (dois) períodos adicionais de 2 (dois) anos, sendo o primeiro mediante recomendação do comitê de investimentos do Fundo Investido ou, caso esse não esteja instalado, do consultor especializado do Fundo Investido, e posterior autorização do gestor do Fundo Investido, e o segundo mediante aprovação da assembleia geral de cotistas do Fundo Investido; ou (ii) por prazo superior ao previsto no item “(i)” acima, se aprovado pela assembleia geral de cotistas do Fundo Investido.
- 1.3.** O Prazo de Duração do **FUNDO** previsto no item 1.1 poderá ser, a exclusivo critério do **GESTOR**, antecipado caso o prazo de duração do Fundo Investido não venha a ser prorrogado, nos termos do item 1.2 acima, se encerrando, neste caso, na mesma data de encerramento do Fundo Investido, devendo a **ADMINISTRADORA** comunicar os cotistas do **FUNDO** imediatamente, por meio de fato relevante.
- 1.4.** Da mesma forma, caso o Fundo Intermediário venha a ser liquidado antecipadamente, por qualquer motivo, o **FUNDO** será automaticamente liquidado de forma antecipada, se encerrando o **FUNDO** na mesma data de encerramento do Fundo Intermediário.
- 1.5.** O **FUNDO**, o Fundo Intermediário e o Fundo Investido terão um período de investimento que se iniciará na data da primeira integralização de Cotas do Fundo Intermediário e se estenderá por até 6 (seis) anos, salvo se anteriormente encerrado por decisão do **GESTOR** (“Período de Investimento”).
- 1.6.** O Período de Investimento poderá ser encerrado antecipadamente ou prorrogado por até 2 (dois) períodos de 1 (um) ano cada, a critério do **GESTOR**, desde que referida alteração não modifique o Prazo de Duração.

CAPÍTULO II: DA ADMINISTRAÇÃO

2. O FUNDO será administrado pela **CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 61.809.182/0001-30, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, através do Ato Declaratório nº 1527, expedido em 08 de novembro de 1990, doravante designada **ADMINISTRADORA**, e seu exercício social encerrar-se-á em março de cada ano.

2.1. A gestão da carteira do **FUNDO** será exercida pelo **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, sala A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.461.756/0001-17, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 11.789, de 6 de julho de 2011, doravante designado **GESTOR**.

2.1.1. O **GESTOR** possui todos os poderes necessários para a execução de todos os atos que são atribuídos ao **GESTOR** nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, especialmente, todos os poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, assim entendidos os de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão,

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

permuta e demais direitos, inclusive políticos, inerentes aos títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a carteira do **FUNDO**.

2.1.1.1. Para fins de abertura de contas de cadastro perante prestadores de serviços e corretoras, o **GESTOR** deverá obter prévia aprovação da **ADMINISTRADORA**.

2.2. O **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo E.S. Aranha, 100 - Torre Itausa, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, devidamente autorizada pela CVM através do Ato Declaratório nº 990, expedido em 06 de julho de 1989, prestará os serviços de custódia dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e de liquidação financeira de suas operações, bem como de escrituração e controladoria de ativos e passivos do **FUNDO**, doravante designado **CUSTODIANTE**.

2.3. O **FUNDO** poderá contratar terceiros prestadores de serviço, na forma da regulamentação em vigor. A relação de tais terceiros prestadores de serviço, inclusive o auditor independente do **FUNDO**, encontra-se disponível no *website* da **ADMINISTRADORA** (www.cshg.com.br).

CAPÍTULO III: DO OBJETIVO, DO PÚBLICO-ALVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

3. Objetivo:

O **FUNDO** buscará obter retornos significativos e valorização de capital no longo prazo, por meio da aplicação de forma preponderante de seu Patrimônio Líquido no Fundo Intermediário (conforme definido em 3.2.1 abaixo).

3.1. Público-Alvo:

3.1.1. O **FUNDO** é destinado exclusivamente a aplicações de investidores profissionais, assim definidos nos termos da regulamentação em vigor da CVM, doravante designados cotistas, que busquem a valorização de suas cotas e aceitem assumir os riscos descritos neste Regulamento, aos quais os investimentos do **FUNDO** e, consequentemente, seus cotistas estão expostos em razão da política de investimento do **FUNDO** e a forma de constituição de condomínio fechado, dado que as cotas não admitem resgate.

3.1.2. Informações complementares sobre o **FUNDO**, incluindo informações referentes a horários de movimentações para aplicações, bem como montantes mínimos de aplicação no **FUNDO** podem ser encontradas no site da **ADMINISTRADORA** na Internet, cujo endereço é www.cshg.com.br.

3.2. Política de Investimento:

3.2.1. O **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente em cotas classe B de emissão do **PÁTRIA PRIVATE EQUITY FUND VII FEEDER IP LATAM – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR**, inscrito no CNPJ sob o nº 43.106.903/0001-64, (“Fundo Intermediário”), observadas as chamadas de capital que o Fundo Intermediário venha a fazer aos seus cotistas, dentre eles o **FUNDO**, ao longo do tempo.

3.2.2. O Fundo Intermediário, por sua vez, investirá (i) em cotas classe B de emissão do **PÁTRIA PRIVATE EQUITY FUND VII FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.605.277/0001-86 (“Fundo Investido”), bem como (ii) de forma direta ou indireta, em ativos de emissão das sociedades fechadas constituídas no exterior, consideradas como tais sociedades no exterior que (a) tenham sede em outros países da América Latina, além do Brasil ou que (b) tenham sede no Brasil e ativos localizados em outros países da América Latina que correspondam a 50% (cinquenta por cento) ou mais daqueles constantes das suas demonstrações financeiras.

3.2.2.1. Os investimentos em sociedades no exterior, na forma do item 3.2.2 acima, podem ser realizados pelo Fundo Intermediário, de forma direta ou indireta, por meio de outros fundos ou sociedades de investimento no exterior, independentemente de sua forma ou natureza jurídica podendo, inclusive, tais veículos serem administrados e/ou geridos pelo Gestor ou por uma de suas Partes Ligadas, conforme definidas no regulamento do Fundo Intermediário.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

3.2.3. O saldo do Patrimônio Líquido do **FUNDO** não investido conforme o item 3.2.1 acima poderão ser mantidos em depósitos à vista ou aplicados em:

- títulos públicos federais;
- títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras considerados como de baixo risco de crédito e alta liquidez pela **GESTORA**, sediados no Brasil;
- operações compromissadas, com lastro em títulos públicos ou privados;
- cotas de fundos de índice que reflitam as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa; e
- cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa”, observados os requisitos da regulamentação em vigor.

3.2.4. O Fundo Intermediário poderá aplicar seus recursos no exterior até o limite de 100% (cem por cento) de seu capital subscrito.

3.2.5. O Fundo Intermediário pode investir até 20% do capital nele subscrito em ativos de emissão de uma mesma sociedade no exterior.

3.2.6. O Fundo Intermediário pode investir em cotas do Fundo Investido sem qualquer limitação.

3.2.7. O **FUNDO** não poderá realizar operações em valor superior ao seu patrimônio.

3.2.8. Para selecionar os ativos em que o **FUNDO** investe utilizam-se critérios quantitativos (análise de variância e covariância) e qualitativos (qualidade e consistência da gestão).

3.2.9. O **FUNDO** poderá deter, ainda que indiretamente, até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em ativos financeiros de emissão da **ADMINISTRADORA**, do **GESTOR** ou de empresas a eles ligadas, sendo vedada a aquisição de ações de emissão da **ADMINISTRADORA**.

3.2.10. Observados os limites previstos neste Regulamento e na regulamentação em vigor, o **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em cotas de fundos de investimento administrados pela **ADMINISTRADORA** e/ou geridos pelo **GESTOR** (ou empresa a eles ligada), incluindo fundos sob responsabilidade do mesmo gestor responsável e que cobrem taxa de administração e/ou performance, nos termos dos respectivos regulamentos.

3.2.11. O **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em cotas de um único fundo de investimento, notadamente no Fundo Intermediário.

3.2.12. Este **FUNDO** não possui limites por modalidade de ativos financeiros ou por emissor, podendo concentrar suas aplicações em poucos ativos, de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.

3.2.13. Poderão atuar como contraparte nas operações realizadas pelo **FUNDO**, direta ou indiretamente, a exclusivo critério do **GESTOR**, quaisquer instituições que participem do mercado financeiro e de capitais, inclusive a **ADMINISTRADORA**, fundos de investimento e carteiras administradas sob administração da **ADMINISTRADORA** e/ou sob gestão do **GESTOR** ou de quaisquer empresas a eles ligadas.

3.2.14. O **FUNDO**, o Fundo Intermediário e o Fundo Investido fazem parte da estratégia do Pátria Private Equity VII (“Estratégia”), no âmbito da qual o **GESTOR** e suas Partes Ligadas buscarão realizar investimentos de forma a compor os recursos investidos no Fundo com os recursos investidos em outros veículos de investimento administrados e/ou geridos pelo **GESTOR** e/ou afiliadas do **GESTOR**, no Brasil e no exterior (“Veículos da Estratégia”). O **GESTOR** e suas Partes Ligadas buscarão, em regime de melhores esforços, seguir as diretrizes de investimento descritas no **Anexo I** a este Regulamento, que devem ser consideradas como características que serão preferencialmente perseguidas na execução dos investimentos da Estratégia, sem qualquer compromisso e/ou obrigação de serem observadas caso o **GESTOR** ou suas Partes Ligadas, a seu livre e exclusivo critério, atuando na defesa do melhor interesse dos cotistas

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

do Fundo Investido e do Fundo Intermediário (e, consequentemente, do **FUNDO**), entendam que parte ou a totalidade das referidas diretrizes de investimento não devam ser observadas por ocasião de qualquer investimento, a qualquer tempo. As diretrizes de investimento descritas no **Anexo I** a este Regulamento não se confundem com a Política de Investimento do **FUNDO**, do Fundo Intermediário ou do Fundo Investido.

3.2.15. Eventos extraordinários de qualquer natureza, inclusive, mas não limitados, àqueles de caráter político, econômico ou financeiro que impliquem em condições adversas de liquidez ou de negociação atípica nos mercados de atuação do **FUNDO**, poderão apresentar perdas representativas de seu patrimônio, inclusive perda total, ou ainda a ocorrência de Patrimônio Líquido negativo, sendo que, nesta última hipótese, os cotistas serão chamados a aportar recursos adicionais para a liquidação do **FUNDO**.

3.2.16. Todas as aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com a garantia da ADMINISTRADORA, do GESTOR e suas afiliadas ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

3.2.17. Este **FUNDO** utiliza estratégias que podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do **FUNDO**.

CAPÍTULO IV: DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO, DE PERFORMANCE, DE CUSTÓDIA, DE INGRESSO E DE SAÍDA

4. O **FUNDO** não pagará qualquer valor a título de taxa de administração ou de taxa de performance diretamente aos seus prestadores de serviços, observado o disposto em 4.1 abaixo.

4.1. A taxa de custódia anual máxima a ser paga pelo **FUNDO** será de até 0,035% (trinta e cinco milésimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, respeitado o valor mínimo de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) ao ano, atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

4.2. Não serão cobradas dos cotistas taxas de ingresso ou de saída do **FUNDO**.

4.3. O **FUNDO** pagará as taxas de administração, performance, ingresso ou saída cobradas pelos fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento nos quais aplica, direta e indiretamente, seus recursos.

4.3.1. Em relação aos seus investimentos no Fundo Intermediário, o **FUNDO** pagará (i) a título de taxa de administração e gestão, o montante de 2,00 % (dois por cento) ao ano sobre o capital subscrito pelo **FUNDO** no Fundo Intermediário, nos termos do Regulamento do Fundo Intermediário, a ser devida a partir da data da primeira integralização de Cotas do Fundo Intermediário e incidente sobre o valor total do capital integralizado pelo **FUNDO** no Fundo Intermediário, de forma *pro rata temporis* à data da primeira integralização de cotas do Fundo Intermediário, nos termos do regulamento do Fundo Intermediário; e (ii) a título de taxa de performance, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) sobre a rentabilidade auferida pelos cotistas do Fundo Intermediário, devida a partir do momento em que tal rentabilidade exceder 100% (cem por cento) da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), acrescida de 7% (sete por cento) ao ano (“Retorno Preferencial”).

4.3.1.1. O **GESTOR**, na qualidade de gestor do Fundo Intermediário, dessa forma, não fará jus a qualquer recebimento de taxa de performance até a data em que os cotistas do Fundo Intermediário recebam, por meio de pagamento de amortizações, parciais ou totais, ou de resgate, na hipótese de liquidação, de suas cotas, valores que correspondam ao somatório do capital integralizado pelo **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário, corrigido pelo Retorno Preferencial, que deduzido dos valores restituídos ao **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário, a título de amortização parcial de suas cotas, resulte em valores superiores a zero, conforme calculados na data de cada pagamento de amortização efetivado. Para todos os meses de atualização do capital integralizado do Fundo Intermediário, desde a respectiva data de integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*, não sendo devido qualquer tipo de compensação anterior.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

4.3.1.2. Depois de cumpridos os requisitos descritos no item 4.3.1.1 acima no âmbito do Fundo Intermediário, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos deverão ser integralmente destinadas ao **GESTOR**, na qualidade de gestor do Fundo Intermediário, a título de pagamento de taxa de performance, até que as distribuições ao **GESTOR** atinjam o percentual equivalente a 20% (vinte por cento) do montante total distribuído ao **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário que, deduzido dos valores restituídos ao **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário que correspondam ao somatório do capital integralizado, resulte em valores superiores a zero.

4.3.1.3. Depois de cumpridos os requisitos descritos nos itens 4.3.1.1 e 4.3.1.2 acima no âmbito do Fundo Intermediário, quaisquer outras distribuições de ganhos e rendimentos ao **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário, resultantes de seus investimentos, observarão a seguinte proporção: (i) 80% (oitenta por cento) serão entregues ao **FUNDO** na qualidade de cotista detentor de cotas classe B do Fundo Intermediário, a título de pagamento de amortização de suas cotas; e (ii) 20% (vinte por cento) serão entregues ao **GESTOR**, na qualidade de gestor do Fundo Intermediário, a título de pagamento de taxa de performance.

4.3.2. Em determinadas situações a taxa de performance poderá ser cobrada de forma diferente da acima descrita pelo Fundo Intermediário, conforme descrito de forma não exaustiva no item 13.8 abaixo. Os critérios detalhados de remuneração do Fundo Intermediário poderão ser verificados no regulamento do Fundo Intermediário.

4.3.3. Tendo em vista o disposto em 4.3.1 acima, o **FUNDO** terá uma taxa de administração e gestão máxima de 2,00% (dois por cento por cento) ao ano sobre o capital subscrito pelo **FUNDO** junto ao Fundo Intermediário.

4.4. Os impostos eventualmente incidentes sobre cada uma das parcelas da remuneração total, devida à **ADMINISTRADORA** ou a outros prestadores de serviços, deverão ser suportados exclusivamente por cada prestador, incidentes sobre a parcela que lhe caiba na remuneração total.

CAPÍTULO V: DOS DEMAIS ENCARGOS DO FUNDO

5. Constituem encargos do **FUNDO** as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- I** - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II** - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstos na Instrução CVM nº 555/14;
- III** - despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV** - honorários e despesas do auditor independente;
- V** - emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;
- VI** - honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- VII** - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- VIII** - despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do **FUNDO**;
- IX** - despesas com liquidação, registro e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- X** - despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações do **FUNDO** ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- XI** - no caso de fundo fechado, a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha suas cotas admitidas à negociação;
- XII** - taxa de administração e de performance, conforme previsto no Capítulo IV;
- XIII** - os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance, se for o caso; e
- XIV** - honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se for o caso.

5.1. Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO** correm por conta da **ADMINISTRADORA**, devendo ser por ela contratadas.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CAPÍTULO VI: DA EMISSÃO E COLOCAÇÃO DE COTAS

6. As cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio, sendo nominativas e escriturais. O prazo de subscrição das cotas do **FUNDO** que sejam objeto de oferta pública será de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do início da distribuição.

6.1. No ato de subscrição das cotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de cotas por ele subscritas ("Capital Subscrito"), nos termos de "Instrumento Particular de Subscrição de Cotas e Compromisso de Integralização", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas cotas ("Compromisso de Investimento") e (iii) receberá termo de adesão a este Regulamento e exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no **FUNDO**, conforme descritos neste Regulamento.

6.1.1. As cotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação da **ADMINISTRADORA** aos cotistas, nos termos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.

6.1.1.1. Na medida em que o **GESTOR** identifique necessidades de recursos para investimento do **FUNDO**, do Fundo Investido ou do Fundo Intermediário, se for o caso, e/ou para o pagamento de encargos, os cotistas serão chamados pela **ADMINISTRADORA** a aportar recursos no **FUNDO**, mediante a integralização das cotas que tenham sido subscritas por cada um dos cotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos Cotistas, ao **FUNDO**, a título de integralização de suas cotas, é doravante designado de "Capital Integralizado").

6.1.1.2. A **ADMINISTRADORA** deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos cotistas, solicitando a integralização parcial ou total das cotas originalmente subscritas pelos cotistas nos termos dos Compromissos de Investimento ("Requerimento de Integralização").

6.1.1.3. O Requerimento de Integralização especificará o montante e o prazo para integralização das cotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de envio pela **ADMINISTRADORA**.

6.1.1.4. Os cotistas deverão integralizar cotas em montante correspondente ao respectivo preço de subscrição, atualizado pela variação do IPCA na data da respectiva chamada de capital, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Cotistas ("Preço de Integralização").

6.1.1.5. Os cotistas, ao subscreverem cotas, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao **FUNDO** na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto abaixo.

6.1.2. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do cotista de aportar recursos no **FUNDO** até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no item 6.1.2.1 abaixo, poderá resultar em uma ou mais das consequências listadas abaixo ao cotista inadimplente (o "Cotista Inadimplente"), bem como quaisquer outras medidas permitidas por lei, por este Regulamento, ou pela regulamentação aplicável, a serem exercidas por exclusivo critério da **ADMINISTRADORA**, observados ainda todos os termos do Compromisso de Investimento nesse sentido:

- i. Iniciar a cobrança judicial em face do Cotista Inadimplente do montante total inadimplido, corrigido pelo IPCA, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, mais os valores descritos no item 6.1.2.2 abaixo. O montante coletado em excesso a partir da cobrança supramencionada deve ser considerado como rendimento ou reembolso destinado ao patrimônio do **FUNDO**, e não será considerado como uma contribuição adicional do Cotista Inadimplente;

**CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO –
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

- ii. Alienar as cotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Cotista Inadimplente a qualquer terceiro interessado, podendo ser Cotista ou não, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao **FUNDO**, nos termos dos mandatos outorgados à **ADMINISTRADORA** nos respectivos Compromissos de Investimento para esta finalidade;
- iii. Suspensão dos seus direitos de (a) voto nas assembleias gerais de cotistas, e/ou (b) alienação ou transferência das suas cotas, e/ou recebimento de toda e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do **FUNDO**, inclusive com o uso dos recursos que seriam distribuídos para sanar a dívida do Cotista Inadimplente com o **FUNDO**;

6.1.2.1. As consequências referidas no item 6.1.2 acima somente poderão ser exercidas pela **ADMINISTRADORA** caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Cotista Inadimplente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, na hipótese do inciso (iii), ou de até 30 (trinta) dias corridos, na hipótese dos incisos (i) e (ii), a contar da data final para aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

6.1.2.2. No caso de qualquer débito em atraso do Cotista Inadimplente perante o **FUNDO** não ser sanado em até dois dias úteis, este será atualizado, a partir da data especificada para pagamento na Chamada de Capital até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, e acrescido de multa não compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido e juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês apropriados *pro rata temporis*.

6.1.1.3. Todas as despesas, incluindo honorários advocatícios, incorridas pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **FUNDO** em com relação à inadimplência do Cotista Inadimplente deverão ser suportadas por tal Cotista Inadimplente integralmente, a menos que de outra forma determinado pela **ADMINISTRADORA** em sua exclusiva discricionariedade.

6.1.2.4. Caso o Cotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado nos itens 6.1.2 acima, tal Cotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do **FUNDO**, a título de amortização de suas Cotas.

6.1.2.5. Se a **ADMINISTRADORA** realizar amortização de cotas aos cotistas enquanto o Cotista Inadimplente for titular de cotas, os valores referentes à amortização devida ao Cotista Inadimplente serão utilizados pela **ADMINISTRADORA** para o pagamento dos débitos do Cotista Inadimplente perante o **FUNDO**, sendo efetuado o desconto proporcional no valor das cotas do Cotista Inadimplente, no mesmo valor da respectiva amortização. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Cotista Inadimplente, a título de amortização de suas cotas.

6.2. As cotas do **FUNDO** podem ser transferidas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, observadas as regras tributárias em vigor.

6.2.1. A **ADMINISTRADORA** será responsável pelo atendimento das formalidades necessárias para a efetivação da transferência de cotas do **FUNDO**, bem como pela verificação da qualificação necessária do cessionário para que este figure como cotista do **FUNDO**.

6.3. Na integralização de cotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota em vigor no fechamento dos mercados do 1º (primeiro) dia útil após o dia da efetiva disponibilidade dos recursos pelos investidores à **ADMINISTRADORA**.

6.4. Para os fins do disposto no item acima, o horário de movimentação será aquele estipulado pela **ADMINISTRADORA** e informado no site da **ADMINISTRADORA** na internet: www.cshg.com.br.

6.5. Além do disposto em 6.1 acima, o cotista, por ocasião do ingresso no **FUNDO** deverá atestar, mediante termo próprio, que:

I – teve acesso ao inteiro teor do presente Regulamento do **FUNDO**; II – tomou ciência (a) dos fatores de risco envolvidos e da política de investimento do **FUNDO**; (b) de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo **FUNDO**; (c) de que a eventual concessão de registro para a venda de cotas do **FUNDO** não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação deste Regulamento à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

GESTOR e demais prestadores de serviços do **FUNDO**; e (d) de que as estratégias de investimento do **FUNDO** podem resultar em perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do **FUNDO**;

6.6. Em feriados de âmbito estadual ou municipal na praça em que está sediada a **ADMINISTRADORA** não serão considerados dias úteis, para fins de solicitação, contagem de prazo e conversão de cotas para aplicação no **FUNDO**.

6.7. A assembleia geral de cotistas que deliberar sobre a emissão e a distribuição de novas cotas do **FUNDO** poderá dispor sobre o número mínimo de cotas que devam obrigatoriamente ser subscritas para que a distribuição seja concluída, bem como sobre o procedimento a ser observado em caso de não haver a subscrição total da quantidade mínima de cotas originalmente prevista.

6.7.1. Durante o período de distribuição, uma vez atingido o número mínimo de cotas referido no item acima, as importâncias recebidas podem ser investidas na forma prevista neste Regulamento.

6.8. Desde que aprovado pela **ADMINISTRADORA** ou pela assembleia geral de cotistas que deliberar sobre a emissão e a distribuição de novas cotas do **FUNDO**, conforme aplicável, o investimento no **FUNDO** poderá ser efetivado por meio de compromissos, mediante os quais os investidores ficarão obrigados a integralizar o valor do capital comprometido à medida que a **ADMINISTRADORA** faça chamadas de capital, de acordo com prazos, processos decisórios e demais procedimentos estabelecidos nos respectivos compromissos de investimento.

CAPÍTULO VII: DO RESGATE E DA AMORTIZAÇÃO DE COTAS

7. Não haverá resgate de cotas do **FUNDO** a não ser pelo término do prazo de duração previsto no item 1 acima, por qualquer motivo, quando houver a liquidação do **FUNDO**.

7.1. Quando do encerramento do **FUNDO**, as cotas serão resgatadas pelo valor apurado na realização dos seus ativos na data de encerramento, dividido pela quantidade total de cotas, ou conforme deliberação tomada em assembleia geral de cotistas, devendo o pagamento dos recursos aos cotistas ser efetivado no primeiro dia útil subsequente à data de conversão de cotas.

7.2. O **FUNDO** poderá fazer amortizações, conforme e quando vier a ser comunicado pela **ADMINISTRADORA**, mediante instruções do **GESTOR**, nos termos descritos abaixo, em conformidade com o procedimento adotado pelo Fundo Intermediário.

7.2.1. A **ADMINISTRADORA** poderá promover amortizações parciais ou total das cotas do **FUNDO**, a qualquer momento, na medida em que os valores recebidos pelo **FUNDO** do Fundo Intermediário, inclusive a título de pagamento de amortizações e demais proventos, sejam superiores ao valor de todas as exigibilidades e provisões do **FUNDO**, inclusive com relação às taxas mencionadas no Capítulo IV acima.

7.2.2. A amortização acima prevista deverá ser paga até o 3º (terceiro) dia útil posterior à data da cota utilizada para a amortização.

7.2.3. Os pagamentos de amortização das cotas poderão ser efetuados por crédito em conta corrente de investimento, transferência eletrônica disponível (TED) ou, ainda, pelo Sistema de Cotas de Fundos da CETIP, sendo que as movimentações serão sempre realizadas em nome dos cotistas.

7.2.4. Quaisquer distribuições a título de amortização de cotas deverão abranger todas as cotas do **FUNDO**, em benefício de todos os cotistas, observado o disposto neste Regulamento.

7.2.5. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça em que está sediada a **ADMINISTRADORA** não serão considerados dias úteis, não sendo efetivadas amortizações.

7.2.6. A alteração desse item 7.2 e seus subitens poderá ser aprovada pelos cotistas detentores da maioria simples das cotas subscritas do **FUNDO** presentes à assembleia geral de cotistas.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CAPÍTULO VIII: DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E RESULTADOS

8. A ADMINISTRADORA disponibilizará em seu site www.cshg.com.br:

I - mensalmente, extrato de conta do cotista, em seção protegida por senha, contendo: (a) nome do **FUNDO** e o número de seu registro no CNPJ, (b) nome, endereço e número de registro da **ADMINISTRADORA** no CNPJ, (c) nome do cotista, (d) saldo e valor das cotas no início e no final do período e a movimentação ocorrida ao longo do mês, (e) rentabilidade do **FUNDO** auferida entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato, (f) data de emissão do extrato da conta; e (g) o telefone, o correio eletrônico e o endereço para correspondência do serviço mencionado no inciso VII do art. 90 da Instrução CVM nº 555/14; e

II - no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis do **FUNDO** acompanhadas do parecer do auditor independente.

8.1. Conforme faculdade prevista no inciso III do artigo 129 da Instrução CVM nº 555/14, não será disponibilizada e/ou divulgada aos cotistas qualquer demonstração de desempenho do **FUNDO**.

8.2. As demais informações do **FUNDO** serão disponibilizadas pela **ADMINISTRADORA** através do Sistema de Envio de Documentos – CVMWeb, observados os seguintes prazos máximos:

I - informe diário, no prazo de 1 (um) dia útil;

II - mensalmente, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem:

- a) balancete;
- b) demonstrativo da composição e diversificação de carteira do **FUNDO**;
- c) perfil mensal;

III - anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do encerramento do exercício a que se referirem, as demonstrações contábeis acompanhadas do parecer do auditor independente; e

IV - formulário padronizado com as informações básicas do **FUNDO**, sempre que houver alteração do Regulamento, na data do início da vigência das alterações deliberadas em assembleia geral de cotistas.

8.3. Caso o **FUNDO** possua posições ou operações em curso que possam a vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, o demonstrativo de composição da carteira do **FUNDO** poderá omitir sua identificação e quantidade, registrando somente o valor e o percentual sobre o total da carteira do **FUNDO**.

8.4. A **ADMINISTRADORA** não divulgará a terceiros informações sobre a composição da carteira do **FUNDO**, ressalvadas (i) a divulgação a prestadores de serviço do **FUNDO**, (ii) a divulgação aos órgãos reguladores, autorreguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias, e (iii) as informações públicas, disponíveis no site da CVM.

8.5. Os resultados do **FUNDO** em exercícios anteriores, bem como demais informações referentes a exercícios anteriores, tais como demonstrações contábeis, relatórios da **ADMINISTRADORA** e demais documentos que tenham sido divulgados por força de disposições regulamentares poderão ser obtidos junto à **ADMINISTRADORA**.

8.6. O **FUNDO** constituirá um comitê de acompanhamento, com a participação do **GESTOR**, cuja função será o acompanhamento das atividades do **FUNDO**, incluindo, mas não se limitando à performance, marcação dos ativos e portfolio do Fundo Intermediário e situações de potencial conflito de interesses envolvendo o **FUNDO** ou o Fundo Intermediário, durante as quais os participantes poderão solicitar ao **GESTOR** as informações e documentos adicionais sobre as atividades do **FUNDO** que forem necessárias, a critério do **GESTOR**, ao acompanhamento do regular funcionamento do **FUNDO**, observado que o acesso a informações confidenciais poderá ser restringido, desde que a restrição seja fundamentada.

8.6.1. O comitê de acompanhamento não terá qualquer caráter deliberativo ou consultivo.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

8.6.2. Comporão o comitê de acompanhamento até 8 (oito) participantes e respectivos suplentes, dos quais 2 (dois) serão representantes da **ADMINISTRADORA**, 2 (dois) serão representantes do **GESTOR** e 4 (quatro) serão cotistas diretos ou indiretos do **FUNDO**, com base nos seguintes critérios:

- (i) cotistas que possuam os maiores volumes de capital subscrito por meio dos Compromissos de Investimento junto ao **FUNDO** e que tenham interesse em participar do comitê de acompanhamento; e
- (ii) em caso de empate conforme critério descrito em (i) acima, cotistas diretos e indiretos que comprovadamente tenham histórico profissional na área de atuação do **FUNDO** e do segmento dos seus investimentos diretos e/ou indiretos, dentre eles prevalecendo aquele que possuir maior tempo de experiência profissional e, subsidiariamente maior idade.

8.6.3. Os participantes do comitê de acompanhamento deverão assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de conflito de interesses sempre que esta venha a ocorrer.

8.7. As reuniões do comitê de acompanhamento deverão ser realizadas trimestralmente, em até 90 (noventa) dias após o término de cada semestre civil, mediante convocação escrita enviada pelo Administrador aos participantes indicados nos termos do item 8.6.2 acima com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

8.7.1. Informações eventualmente necessárias à participação nas reuniões do comitê de acompanhamento deverão ser previamente disponibilizadas pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **GESTOR** no momento da convocação de que trata o item 8.7 acima.

8.7.2. As reuniões de acompanhamento poderão ser realizadas pessoalmente, na sede da **ADMINISTRADORA** ou em qualquer outro endereço, ou por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, conforme estabelecido na convocação de que trata o item 8.7 acima.

8.7.3. O comitê de acompanhamento contará com um presidente, indicado pela **ADMINISTRADORA** dentro dos seus representantes nomeados para o comitê, o qual será responsável por indicar os 4 membros que serão cotistas diretos ou indiretos do Fundo, conforme item 8.6.2 acima.

8.7.4. Os membros do comitê de acompanhamento terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos aos seus cargos automaticamente ou substituídos, a critério do responsável pela sua indicação – isto é, pelo **GESTOR** ou pela **ADMINISTRADORA**, em relação aos respectivos membros que nomearem.

8.7.5. Na última reunião de acompanhamento realizada no exercício social do **FUNDO**, será deliberada a recondução ou substituição dos membros do comitê. Em caso de substituição de um ou mais membros do comitê, ela produzirá efeitos a partir do 1º (primeiro) dia útil do novo exercício social do **FUNDO**. Se na reunião mencionada neste item 8.7.5 não houver deliberação acerca de eventual recondução ou substituição dos membros do comitê, estes serão automaticamente reconduzidos aos seus cargos.

8.8. Os participantes das reuniões do comitê de acompanhamento deverão informar previamente à **ADMINISTRADORA** e ao **GESTOR** qualquer situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o **FUNDO**, para que decida-se sobre a conveniência de sua participação em uma ou mais reuniões, ficando sujeitos os Cotistas que participem das reuniões ou seus representantes às obrigações de confidencialidade constantes do item 19.3 abaixo.

8.9. Em caso de dúvidas ou reclamações, favor entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Cotista da **ADMINISTRADORA** através do telefone 0800 558777. A **ADMINISTRADORA** disponibiliza, ainda, o serviço de Ouvidoria para os clientes que não estiverem satisfeitos com os esclarecimentos ou soluções apresentados pelo Serviço de Atendimento ao Cotista através do telefone 0800 7720100, do site www.cshg.com.br/ouvidoria e do endereço Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 11º andar - Itaim Bibi, São Paulo – SP.

CAPÍTULO IX: DISPOSIÇÕES FINAIS

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

9. Todos os resultados do **FUNDO** serão incorporados ao Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

10. As cotas terão seu valor calculado diariamente.

11. O **GESTOR** adota para o **FUNDO** sua Política de Voto em assembleias, disponível para consulta no site www.patria.com, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões do **GESTOR** em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto, observado o disposto em 12(i) abaixo.

11.1. Nos termos do Código de Administração de Recursos de Terceiros da ANBIMA, o **GESTOR** declara que adota sua Política de Voto para o **FUNDO**.

11.2. As deliberações dos cotistas, incluindo as contas e demonstrações contábeis do **FUNDO**, poderão, a critério da **ADMINISTRADORA**, ser tomadas sem necessidade de reunião, mediante processo de consulta formalizada em carta, correio eletrônico ou telegrama, dirigido pela **ADMINISTRADORA** a cada cotista.

11.2.1. As contas e demonstrações contábeis do **FUNDO** que não contiverem ressalvas poderão ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de cotistas convocada para sua aprovação não seja instalada em virtude do não comparecimento de cotistas.

11.3. As informações e documentos relativos ao **FUNDO** poderão ser comunicados, enviados, divulgados ou disponibilizados aos cotistas, ou por eles acessados, por meio de canais físicos ou eletrônicos, incluindo a rede mundial de computadores.

11.3.1. Sem prejuízo do disposto no item acima, o cotista poderá solicitar à **ADMINISTRADORA** que as correspondências indicadas no item acima sejam remetidas de forma física, hipótese em que os custos de envio serão sempre arcados pelo **FUNDO**.

11.4. Qualquer manifestação de ciência ou concordância dos cotistas poderá, a critério e conforme procedimento disponibilizado pela **ADMINISTRADORA**, ser feita de forma eletrônica, incluindo, sem limitação, ciência e concordância com este Regulamento, adesão aos termos e condições do Regulamento e ciência de riscos, manifestações de voto em assembleias gerais de cotistas e quaisquer outras que venham a ser necessárias, a critério da **ADMINISTRADORA**.

12. O **FUNDO** deverá realizar assembleia geral de cotistas de acordo com os termos e procedimentos previstos na regulamentação em vigor, sendo certo que:

-
- (i) a manifestação da instrução de voto do **FUNDO** nas assembleias gerais do Fundo Intermediário será matéria privativa da assembleia geral do **FUNDO** e estará sujeita a um quórum de aprovação equivalente ao quórum necessário à aprovação da matéria no Fundo Intermediário, ficando o **GESTOR** obrigado a se abster de votar caso por qualquer motivo não ocorra a assembleia geral ou caso os cotistas não deliberem sobre a forma como o **FUNDO** deve votar na assembleia geral do Fundo Intermediário; e
 - (ii) a destituição do **GESTOR** estará sujeita a um quórum de aprovação correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) das cotas subscritas do **FUNDO**, observado o disposto em 12.1 a 12.1.3 abaixo.
-

12.1. Caso cotistas detentores de 75% (setenta e cinco por cento) das cotas subscritas do Fundo Investido, do Fundo Intermediário ou do **FUNDO**, reunidos em assembleia geral do **FUNDO** convocada especificamente para esse fim, deliberem pela substituição por justa causa do **GESTOR**, após a ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas abaixo e não curadas no prazo estabelecido, o **GESTOR** será substituído como gestor no **FUNDO**.

12.1.1. São hipóteses de substituição por justa causa do **GESTOR**, com exclusão de todas as demais: (a) decisão final condenatória por qualquer tribunal ou órgão governamental de jurisdição competente transitada em julgado; ou (b) admissão de culpa pelo **GESTOR** em acordo realizado no âmbito de qualquer ação judicial, em ambos os casos de que o **GESTOR** cometeu: (i) uma violação material da legislação aplicável ao mercado de valores mobiliários que acarrete um efeito adverso relevante em sua capacidade de exercer as atividades de administração ou gestão do **FUNDO**; (ii) uma violação material do regulamento do **FUNDO**; (iii) ato doloso ou omissão dolosa, fraude ou má-fé no

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

desempenho de suas funções; ou (iv) crime relacionado às suas funções; em qualquer caso, desde que acarrete um efeito adverso relevante à capacidade do **GESTOR** de atuar como gestor do **FUNDO**.

12.1.2. O **GESTOR** não poderá ser substituído por justa causa, no prazo de 30 (trinta) dias contado de uma decisão ou admissão nos termos da cláusula 12.1.1(a) e 12.1.1(b) acima, respectivamente, caso proceda à cura do evento, nos termos de 12.1.3 abaixo, não podendo realizar chamadas de capital enquanto não efetivada referida cura, salvo nas hipóteses de compromissos assumidos em nome do **FUNDO**, do Fundo Intermediário ou do Fundo Investido previamente à ocorrência de qualquer dos eventos de justa causa.

12.1.3. Considera-se que o **GESTOR** curou um evento de justa causa, dentro do prazo estabelecido no item 12.1.2 acima, caso providencie o desligamento de todos os indivíduos que comprovadamente tenham se envolvido nas condutas consideradas como justa causa.

12.1.4. O quórum estabelecido em 12.1 acima será reduzido à maioria simples caso o **GESTOR** ou empresas a ele ligadas sejam destituídas por justa causa de suas funções de gestão no âmbito de qualquer veículo que seja parte da estrutura de investimento no Fundo Investido, no Brasil ou no exterior.

13. Riscos

13.1. Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo **FUNDO**, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do **FUNDO**, do Fundo Intermediário e/ou do Fundo Investido, conforme aplicáveis, nos termos descritos abaixo, de forma não exaustiva, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no **FUNDO** serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

13.2. Restrições ao Resgate de Cotas e Liquidez Reduzida. O **FUNDO**, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas cotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das cotas serão realizadas, nos termos deste Regulamento, sempre no melhor interesse do **FUNDO**, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do **FUNDO**, em função de seus investimentos em cotas do Fundo Intermediário e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do **FUNDO** ou na data de liquidação do **FUNDO**. A liquidação antecipada do **FUNDO** por qualquer motivo, inclusive, mas não limitadamente, em função da liquidação ou encerramento do prazo de duração de veículos de investimento em que ele invista, pode acarretar no recebimento antecipado dos recursos investidos no **FUNDO** ou na necessidade de realização dos resgates por meio da dação em pagamento dos ativos do **FUNDO**, nos termos deste Regulamento. Caso os cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no **FUNDO**, será necessária a venda das suas cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas cotas e o disposto neste Regulamento.

13.3. Propriedade de Cotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo. Apesar de a carteira ser constituída, predominantemente, de cotas do Fundo Intermediário que, por sua vez, detém cotas do Fundo Investido e/ou valores mobiliários de emissão de sociedades investidas no exterior, a propriedade das cotas do **FUNDO** não confere aos seus cotistas propriedade direta sobre as cotas do Fundo Investido e/ou do Fundo Intermediário e/ou sobre os valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo Investido ou do Fundo Intermediário. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas integralizadas.

13.4. Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo. Caso o **FUNDO** precise se desfazer de parte ou de todas as cotas do Fundo Intermediário antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais ativos e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do **FUNDO** e, conseqüentemente, do capital investido pelos cotistas.

13.5. Pagamento Condicionado aos Retornos dos Ativos do Fundo. Os recursos gerados pelo **FUNDO** serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas às cotas do Fundo Intermediário e do Fundo Investido e ao retorno do investimento no âmbito do Fundo Intermediário e do Fundo Investido. A capacidade do **FUNDO** de amortizar as cotas está condicionada ao recebimento pelo **FUNDO** dos recursos acima citados.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

13.6. Dificuldade na Formação das Carteiras do Fundo Intermediário e do Fundo Investido. O Fundo Intermediário e/ou o Fundo Investido poderão encontrar dificuldades em identificar oportunidades atraentes de investimento, ou poderá não ser capaz de efetuar os investimentos desejados em termos economicamente favoráveis. Ademais, condições econômicas desfavoráveis podem aumentar o custo e limitar o acesso ao mercado, reduzindo a capacidade do Fundo Intermediário e do Fundo Investido de realizar novas aquisições.

13.7. Concentração da Carteira do Fundo. O **FUNDO** deverá aplicar preponderantemente em cotas classe B de emissão do Fundo Intermediário, o que implicará em concentração dos investimentos do **FUNDO** em ativos emitidos por um único emissor e de pouca liquidez. Quanto maior a concentração dos recursos aplicados pelo **FUNDO** em ativos de um mesmo emissor, maior é o risco a que o **FUNDO** está exposto. Desta forma, o **FUNDO** estará sujeito aos mesmos riscos do Fundo Intermediário e do Fundo Investido, os quais estão expostos de forma não exaustiva nesta seção, e os resultados do **FUNDO** dependerão dos resultados atingidos pelo Fundo Intermediário e pelo Fundo Investido.

13.8. Taxas incidindo indiretamente do Fundo. Conforme descrito no Capítulo IV acima, o **FUNDO** estará sujeito ao pagamento das taxas de administração e gestão e de performance incidentes sobre os proprietários de cotas classe B de emissão do Fundo Intermediário. Em determinadas situações (como, por exemplo, a destituição sem justa causa do **GESTOR** na qualidade de gestor do Fundo Intermediário) a taxa de performance poderá ser calculada e cobrada de forma distinta daquela descrita de forma resumida no referido Capítulo IV. Por exemplo, será devida pelo Fundo Intermediário ao **GESTOR**, nos termos do respectivo regulamento: (i) Taxa de Performance Antecipada, em caso de efetiva substituição do **GESTOR** sem justa causa, renúncia motivada do **GESTOR**, conforme definida no regulamento do Fundo Intermediário, ou da deliberação da assembleia geral de cotistas que aprovar a fusão, cisão ou incorporação do Fundo Intermediário por deliberação exclusiva dos seus cotistas e (ii) Taxa de Performance Complementar, caso, no prazo de 12 (doze) meses contados de eventual data de substituição do **GESTOR** por destituição sem justa causa ou de renúncia motivada, conforme definida no regulamento do Fundo Intermediário, e/ou fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo Intermediário por deliberação exclusiva dos seus cotistas, o Fundo Intermediário e/ou quaisquer cotistas detentores de cotas classe B do Fundo Intermediário realizem a venda direta ou indireta de parte e/ou da totalidade dos valores mobiliários que faziam parte integrante da carteira do Fundo Intermediário à época do evento, com base em valor superior ao valor atribuído aos mesmos valores mobiliários na avaliação do patrimônio líquido do Fundo Intermediário à época do evento respectivo. Não obstante o disposto neste Regulamento, recomenda-se a leitura cuidadosa do regulamento do Fundo Intermediário, para compreensão dos critérios detalhados de remuneração do Fundo Intermediário e, portanto, das taxas que poderão incidir sobre o **FUNDO**.

13.9. Não existência de Garantia de Rentabilidade. A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado, no Fundo Intermediário ou no próprio **FUNDO** não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos pelo Fundo Intermediário ou pelo Fundo Investido em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para suas respectivas cotas.

13.10. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos. O Fundo Intermediário e o Fundo Investido somente poderão operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades permitidas pela CVM. A contratação pelo Fundo Intermediário ou pelo Fundo Investido de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às aquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao **FUNDO** e aos cotistas.

13.11. Eventual Impedimento Decorrente de Acordos de Não-Concorrência. Em virtude de acordos pré-existent de não-concorrência e outras restrições semelhantes envolvendo o **GESTOR** e suas partes ligadas, o **GESTOR**, na qualidade de instituição gestora do Fundo Intermediário, poderá estar impedido de avaliar e/ou realizar oportunidades de investimento em certos setores.

13.12. Risco de Patrimônio Líquido Negativo. Eventuais perdas patrimoniais do **FUNDO** não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no **FUNDO**. Na medida em que o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações do Fundo, a insolvência do Fundo poderá ser requerida judicialmente (i) por quaisquer credores do Fundo, (ii) por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento, ou (iii) pela CVM. Os prestadores de serviço do Fundo, em especial o Administrador e o Gestor, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pelo Fundo, tampouco por eventual patrimônio negativo decorrente dos investimentos realizados pelo

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Fundo. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas, e o regime de insolvência dos fundos de investimento são inovações legais recentes que ainda não foram regulamentadas pela CVM, nem foram sujeitas à revisão judicial. Caso (i) referidas inovações legais sejam alteradas; ou (ii) o Fundo seja colocado em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo, os Cotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao Fundo para fazer frente ao patrimônio negativo, em valor superior ao valor das Cotas por ele detidas.

13.13. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental. O Fundo Investido e o Fundo Intermediário e, conseqüentemente, o **FUNDO**, também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **GESTOR**, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo Investido e/ou do Fundo Intermediário e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regates. Não obstante, o Fundo Investido e o Fundo Intermediário desenvolverão suas atividades preponderantemente no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do **FUNDO** e a conseqüente distribuição de rendimentos aos cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do **FUNDO**.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por conseqüência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do Dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a conseqüente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por conseqüência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloraram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitas outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global, possivelmente no longo prazo, o que poderá prejudicar as atividades das Sociedades Investidas pelo **FUNDO** e/ou pelo Fundo Intermediário e/ou pelo Fundo Investido e, por conseqüente, os resultados do **FUNDO** e a rentabilidade dos Cotistas.

13.14. Riscos Referentes aos Impactos Causados por Pandemias. O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil poderá afetar diretamente o setor de private equity, o **FUNDO**, o Fundo Intermediário, o Fundo Investido e o resultado de suas respectivas operações. Surto ou potenciais surtos de doenças, como o Coronavírus (COVID-19), a varíola dos macacos (monkeypox), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS), a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), entre outras, pode ter um impacto adverso nas operações do mercado como um todo e das sociedades investidas pelo Fundo Intermediário e pelo Fundo Investido. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira e no setor de private equity. Surto de doenças também podem resultar em políticas

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

de quarentena da população, o que pode prejudicar as operações das Sociedades Investidas, afetando a valorização de Cotas do **FUNDO** e seus rendimentos.

13.15. Morosidade da Justiça Brasileira. O **FUNDO**, o Fundo Intermediário, o Fundo Investido e as sociedades investidas pelo Fundo Intermediário e/ou pelo Fundo Investido poderão ser partes em demandas judiciais, tanto no polo ativo como no polo passivo. No entanto, em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o **FUNDO**, o Fundo Intermediário, o Fundo Investido e/ou as sociedades investidas pelo Fundo Intermediário e/ou pelo Fundo Investido obterão resultados favoráveis nas demandas judiciais. Tais fatos poderão afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios das sociedades investidas pelo Fundo Intermediário e/ou pelo Fundo Investido e/ou das sociedades por elas controladas e, consequentemente, afetar os resultados do **FUNDO** e a rentabilidade dos cotistas.

13.16. Risco de Mercado Externo. O Fundo Intermediário poderá investir até 100% (cem por cento) de seu capital subscrito em ativos financeiros negociados no exterior. Caso o Fundo Intermediário venha a investir em ativos financeiros negociados no exterior, os investimentos do Fundo Intermediário estarão expostos a: (i) requisitos legais ou regulatórios e exigências tributárias dos países onde esses ativos são negociados; (ii) riscos advindos de alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde as respectivas sedes das sociedades investidas estejam estabelecidas, bem como aos riscos decorrentes de alterações regulatórias das respectivas autoridades locais; e (iii) riscos associados a flutuações do câmbio de ativos financeiros atrelados à moeda estrangeira. Além disso, podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre os países onde esses ativos são negociados e o Brasil, o que pode interferir na sua liquidez. Por fim, não existem garantias de que as transações com ativos financeiros negociados no exterior terão o mesmo tratamento conferido às operações realizadas no mercado local, e nem tampouco, de que haverá igualdade de condições de acesso aos mercados locais. Tais fatores podem afetar a rentabilidade do **FUNDO** e dos seus Cotistas.

13.17. Risco Cambial: Em função da carteira do Fundo Intermediário poder estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação de moedas estrangeiras, as cotas do Fundo Intermediário e, consequentemente, as cotas do **FUNDO**, poderão apresentar variação negativa, com a consequente possibilidade de perda do capital investido pelo Fundo Intermediário.

13.18. Arbitragem. O Regulamento do **FUNDO**, o regulamento do Fundo Intermediário e o regulamento do Fundo Investido preveem a arbitragem como meio de solução de disputas. O envolvimento do Fundo, do Fundo Intermediário e/ou do Fundo Investido em um eventual procedimento arbitral pode gerar impactos significativos ao patrimônio líquido do **FUNDO**, implicando em custos que podem impactar o resultado do **FUNDO**. Adicionalmente, o custo de uma arbitragem pode ser comparativamente maior do que o custo relacionado a um processo judicial. No mesmo sentido, o **FUNDO**, o Fundo Intermediário o Fundo Investido e/ou uma sociedade investida do Fundo Intermediário e/ou do Fundo Investido podem ter seus resultados impactados por um procedimento arbitral, consequentemente podendo afetar os resultados do **FUNDO**.

13.19. Risco de Alteração na Legislação Aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas: A legislação aplicável ao **FUNDO**, aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentem investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimentos no Brasil está sujeita a alterações. Ainda, poderá ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetária e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas do **FUNDO**, bem como as condições para distribuição de rendimentos, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de eventual remessa de recursos do e para o exterior.

13.20. Risco relacionado a Responsabilidade dos Cotistas. A Lei da Liberdade Econômica estabelece princípios e alterações legislativas visando conferir segurança jurídica à atividade econômica exercida por particulares, desburocratização e simplificação de procedimentos necessários para exercício de tais atividades, e análise de impacto regulatório previamente à edição e alteração de atos normativos, regras a serem observadas nos casos de descon sideração da personalidade jurídica, dentre outras matérias. Para a indústria de fundos de investimento e gestão de recursos, a Lei da Liberdade Econômica trouxe importante inovação, por meio da criação de um novo capítulo no Código Civil, com a inclusão dos Artigos 1.368-C ao 1.368-F, para tratar do regime jurídico aplicável aos fundos de investimento.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Adicionalmente, com a edição da Lei da Liberdade Econômica, os fundos de investimento passaram a ser constituídos sob a forma de condomínio de natureza especial, competindo exclusivamente à CVM sua regulamentação. Ou seja, reconheceu-se a aplicabilidade de um regime sui generis aos fundos de investimento, como o Fundo, que possuem natureza condominial híbrida e que, portanto, exigem regulação específica. Até a data deste Regulamento, a CVM não havia editado regulamentação específica para regular o tema, sendo que não há, na data deste Regulamento, como (i) prever o impacto ou a extensão das regras que serão editadas pela CVM sobre o tema, e (ii) garantir que os Cotistas não serão obrigados a realizar novos aportes no **FUNDO** na hipótese de o **FUNDO** incorrer em perdas que tornem o seu Patrimônio Líquido negativo, observado o disposto no Artigo 1.368-D, §1º, do Código Civil.

Ainda, em virtude da Lei da Liberdade Econômica, o Código Civil passou a prever, na hipótese de insuficiência do patrimônio dos fundos de investimento com limitação de responsabilidade para responder por suas dívidas, a aplicação das regras de insolvência civil previstas no Código Civil. A insolvência civil dos fundos de investimento poderá ser requerida judicialmente (i) pelos credores do **FUNDO**; (ii) após deliberação dos seus cotistas, seguindo previsão específica do Regulamento; ou (iii) após manifestação da CVM com esta orientação. Referida alteração deve ensejar diversos debates sobre os efeitos da aplicação do regime de insolvência civil a entidade que poderá conferir responsabilidade limitada a seus investidores e prestadores de serviços, bem como sobre sua operacionalização em casos concretos. Ainda, tendo em vista a ausência de precedentes específicos, não há como assegurar o prazo no qual os Cotistas receberiam seus recursos na hipótese de eventual insolvência do **FUNDO**.

13.21. Risco de Crédito. Os investimentos do Fundo Intermediário correm o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo Intermediário, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem a carteira do Fundo Intermediário e, por consequência, do **FUNDO**.

13.22. Risco de Mercado. Os ativos avo do Fundo Intermediário podem sofrer flutuações nos preços e na sua rentabilidade, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, da carteira do Fundo Intermediário e/ou da carteira do Fundo Investido e, em consequência, das cotas do Fundo Investido investidas pelo Fundo Intermediário e/ou das cotas do Fundo Intermediário investidas pelo **FUNDO**, pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

13.23, Riscos de Alteração das regras Tributárias. Alterações nas regras tributárias podem resultar em aumento da carga tributária incidente sobre investimentos no mercado financeiro e de capitais brasileiro. Essas alterações incluem a (i) modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos; (ii) a criação de tributos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais; bem como (iii) diferentes interpretações ou aplicação das regras tributárias por parte dos Tribunais e/ou das autoridades governamentais. Os efeitos dessas alterações, inclusive decorrentes da aprovação de reformas tributárias, não podem ser quantificados. Algumas dessas medidas poderão sujeitar o **FUNDO**, o Fundo Intermediário, o Fundo Investido, as Sociedades Investidas, os Outros Ativos e/ou os Cotistas a recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao **FUNDO**, bem como a rentabilidade das Cotas, dos Ativos Investidos, dos Outros Ativos e dos Cotistas permanecerão as mesmas, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de aprovação de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do **FUNDO** e a rentabilidade dos Cotistas.

13.24. Distribuição Parcial das Cotas. Caso o Fundo Intermediário e/ou o Fundo Investido não consiga o montante mínimo de subscrição para formação do seu patrimônio inicial, o administrador do Fundo Intermediário e/ou do Fundo Investido será obrigado a cancelar a respectiva oferta, incluindo eventuais compromissos de investimentos celebrados até a decisão de cancelamento. Toda e qualquer decisão de cancelamento deverá observar as regras previstas na Instrução CVM 400/03.

13.25. Risco de Governança. Caso o **FUNDO** venha a emitir Novas Cotas ou caso seja criada nova classe de Cotas, mediante deliberação em assembleia geral, os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para alteração do Regulamento. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do **FUNDO** de forma contrária ao interesse de parte dos Cotistas.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

13.26. Risco de Conflitos de Interesse e de Alocação de Oportunidades de Investimento. O Fundo Intermediário poderá vir a contratar transações com eventual Conflito de Interesses, conforme descrito no Cláusula XV do regulamento do Fundo Intermediário. Certas transações em potencial ou efetivo conflito de interesses estão sujeitas à aprovação da assembleia geral de cotistas, o que não necessariamente mitiga o risco de que tais transações impactem negativamente o Fundo Intermediário e, consequentemente, o **FUNDO**. Adicionalmente, o administrador e o gestor do Fundo Intermediário estão envolvidos em um espectro amplo de atividades, incluindo administração de fundos, assessoria financeira, investimentos proprietários e da estruturação de veículos de investimento, no Brasil e no exterior, incluindo no setor de private equity. Assim, poderão vir a existir oportunidades de investimento em Sociedades Alvo que seriam potencialmente alocadas ao Fundo Intermediário ou ao Fundo Investido, entretanto, tais investimentos poderão não ser necessariamente realizados, uma vez que não há nenhuma obrigação de exclusividade ou dever de alocação de tais oportunidades no Fundo Intermediário ou no Fundo Investido.

13.27. Risco de Saída de Executivos-Chave. O sucesso do Fundo Intermediário e das Sociedades Investidas, e consequentemente do **FUNDO**, dependem em parte da habilidade e experiência dos profissionais de investimento do Gestor. Não há garantia de que tais profissionais continuarão a ser colaboradores do gestor ou de suas coligadas durante todo o prazo de duração do Fundo Intermediário, de modo que qualquer demissão ou pedido de demissão de um membro da equipe de investimento do Fundo Intermediário pode ter um impacto negativo sobre o desempenho do Fundo Intermediário e/ou nas Sociedades Investidas, e por consequência, do **FUNDO**.

13.28. Riscos relacionados às Sociedades Investidas pelo Fundo Intermediária e pelo Fundo Investido. Os investimentos do Fundo Intermediário e do Fundo Investido são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A carteira de investimentos do **FUNDO** estará concentrada em cotas do Fundo Intermediário, e o Fundo Intermediário, por sua vez, terá sua carteira concentrada em cotas do Fundo Investido e em ativos investidos por Sociedades Alvo, na forma do seu regulamento, e, ainda, o Fundo Investido terá sua carteira concentrada e em ativos investidos emitidos por sociedades investidas, nos termos do regulamento do Fundo Investido. O **FUNDO**, através do Fundo Intermediário, e o Fundo Intermediário buscará, diretamente, ou através do Fundo Investido, participação no processo decisório das respectivas Sociedades Investidas, mas não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Investidas, (ii) solvência das Sociedades Investidas, e (iii) continuidade das atividades das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das cotas do **FUNDO**, do Fundo Intermediário e/ou Fundo Investido - e, por consequência, das Cotas do **FUNDO**. Não obstante a diligência e o cuidado do administrador, do gestor e/ou dos prestadores de serviços do Fundo Intermediário e Fundo Investido, os pagamentos relativos aos Ativos Alvo de emissão das Sociedades Investidas pelo Fundo Investido e pelo Fundo Intermediário, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo Investido, o Fundo Intermediário, o **FUNDO** e os seus cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

13.29. Risco Operacional das Sociedades Investidas. Em virtude da participação do Fundo Intermediário e do Fundo Investido em Sociedades Investidas, todos os riscos operacionais das Sociedades Investidas poderão resultar em perdas patrimoniais e riscos operacionais ao Fundo Intermediário e ao Fundo Investido, impactando negativamente as suas rentabilidades e, consequentemente, as rentabilidades do **FUNDO**.

13.30. Risco de Investimento em Sociedades Investidas Constituídas e em Funcionamento. O (i) Fundo Intermediário, objeto de investimento pelo **FUNDO**, e (ii) o Fundo Investido, objeto de investimento do Fundo Intermediário, poderão investir em Sociedades Investidas plenamente constituídas e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais companhias: (i) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (ii) estarem descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (iii) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo Intermediário, o Fundo Investido Investido, os seus cotistas e, consequentemente, o **FUNDO** poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima.

13.31. Riscos Relacionados aos Setores de Atuação das Sociedades Investidas. O objetivo **FUNDO** é investir no Fundo Intermediário que, por sua vez tem como objetivo adquirir Ativos Alvo (o que abarca ativos emitidos por Sociedades Alvo), e o Fundo Investido, por sua vez, tem como objetivo realizar investimentos em Sociedades Alvo.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

As Sociedades Alvo estão sujeitas a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem, direta ou indiretamente, influenciar negativamente o valor das cotas do **FUNDO**, do Fundo Intermediário e/ou do Fundo Investido e, por consequência, o valor das Cotas do **FUNDO**.

13.32. Risco de Responsabilização por Passivos das Sociedades Investidas. Nos termos da regulamentação, o Fundo Investido e o **FUNDO** deverão participar do processo de tomada de decisões estratégicas das Sociedades Investidas. Tal participação, em razão da responsabilidade a ela inerente, pode sujeitar o Fundo Investido e o **FUNDO** a reivindicações a que eles não estariam sujeitos se fossem apenas investidores passivos. Por exemplo, caso uma Sociedade Investida tenha sua falência decretada ou sua personalidade jurídica desconsiderada, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos poderá ser atribuída ao **FUNDO** e/ou ao Fundo Investido e, por consequência, ao **FUNDO**, resultando em prejuízo aos Cotistas. Além disso, há casos em que o Poder Judiciário, notadamente a Justiça do Trabalho, atribui aos acionistas a responsabilidade por passivos de uma companhia independentemente da caracterização dos requisitos necessários para tanto, conforme estabelecidos na legislação brasileira, e independentemente da participação de cada acionista no capital social e/ou na administração da companhia. Em tais hipóteses, não há garantia de que o Fundo Investido e/ou o **FUNDO**, conforme aplicável, terão êxito na defesa de seus interesses, podendo haver prejuízos para o **FUNDO** e seus Cotistas.

13.33. Riscos referente ao investimento em Ativos no Exterior. O Fundo Intermediário poderá investir até 100% (cem por cento) de seu Capital Subscrito em Ativos no Exterior. Caso o Fundo Intermediário venha a investir em Ativos no Exterior, os investimentos do Fundo Intermediário e, consequentemente, os investimentos do **FUNDO**, estarão expostos a: (i) requisitos legais ou regulatórios e exigências tributárias dos países onde esses ativos são negociados; (ii) riscos advindos de alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde as respectivas sedes das Sociedades Investidas estejam estabelecidas, bem como aos riscos decorrentes de alterações regulatórias das respectivas autoridades locais; e (iii) riscos associados a flutuações do câmbio de ativos financeiros atrelados à moeda estrangeira. Além disso, podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre os países onde esses ativos são negociados e o Brasil, o que pode interferir na sua liquidez. Por fim, não existem garantias de que as transações com ativos financeiros negociados no exterior terão o mesmo tratamento conferido às operações realizadas no mercado local, e nem tampouco, de que haverá igualdade de condições de acesso aos mercados locais.

13.34. Risco de Diluição. O **FUNDO** poderá optar por não exercer eventual direito de preferência previsto no regulamento do Fundo Intermediário nos casos de emissões de novas cotas do Fundo Intermediário, que por sua vez poderá optar por não exercer eventual direito de preferência previsto no regulamento do Fundo Investido nos casos de emissões de novas cotas do Fundo Investido, o que pode ocasionar a diluição da sua participação no Fundo Investido.

13.35 Possibilidade de Endividamento pelo Fundo Intermediário. O Fundo Intermediário poderá contrair ou efetuar empréstimos na forma seu regulamento, de modo que o Patrimônio Líquido do Fundo Intermediário poderá ser afetado em decorrência da obtenção de tais empréstimos. Conforme item 9.4 do regulamento do Fundo Intermediário, o Fundo Intermediário não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, salvo (i) na hipótese de que trata o Artigo 10 da Instrução CVM 578; (ii) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou (iii) para fazer frente ao inadimplemento de cotistas que deixem de integralizar suas cotas subscritas.

13.36. Risco de Coinvestimento. O Fundo Intermediário poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não pelo Administrador, Gestor e/ou suas Partes Ligadas, os quais poderão ter participações maiores que as do Fundo Intermediário no Fundo Investido e/ou nas Sociedades Investidas, e em decorrência, maior participação no processo de governança do Fundo Investido e/ou dessas Sociedades Investidas. Da mesma forma, o **FUNDO** poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos ou cotistas, os quais poderão ter participações maiores no Fundo Intermediário e, portanto, maior influência no processo de governança do Fundo Intermediário. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles do **FUNDO** ou do Fundo Intermediário, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento. Não há garantia de que direitos usualmente oferecidos a acionistas minoritários estarão disponíveis para o **FUNDO** ou Fundo Intermediário com relação a qualquer investimento, ou que tais direitos irão proporcionar proteção suficiente dos interesses do **FUNDO** ou Fundo Intermediário.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

13.37. Risco de Coinvestimento – Coinvestimento por Determinados Cotistas. O **FUNDO** poderá coinvestir no Fundo Intermediário e o Fundo Intermediário poderá, por sua vez, coinvestir no Fundo Investido, com Veículos Feeder, Cotistas, outros fundos e/ou veículos geridos/administrados pelo Administrador, Gestor e/ou suas Partes Ligadas. Em caso de coinvestimentos com Cotistas, não há qualquer obrigação de o Gestor apresentar a oportunidade a todos os Cotistas e nem de aceitar a participação de mais de um interessado. Não há qualquer garantia de participação em coinvestimento pelos Cotistas e o Gestor poderá ter discricionariedade de escolher aquele que entender mais adequado. Não há como garantir que a escolha se mostrará acertada e nem que não haverá conflitos potenciais ou efetivos no futuro em razão de tais escolhas.

13.38. Possibilidade de Reinvestimento. Os recursos obtidos pelo Fundo Intermediário em decorrência de desinvestimentos poderão ser reinvestidos em Ativos Alvo nos termos do seu regulamento. Nesse sentido, as características do Fundo Intermediário limitam a liquidez do investimento pelos seus cotistas e, por sua vez, pelo **FUNDO**, uma vez que: (i) o Fundo Intermediário poderá reinvestir os recursos recebidos em decorrência de desinvestimentos, deixando, assim, de amortizar as cotas e distribuir rendimentos aos cotistas; e (ii) as Cotas serão resgatadas apenas na hipótese de liquidação do Fundo Intermediário, observados os termos e condições do seu regulamento.

13.39. Risco Relacionado à Caracterização de Justa Causa na Destituição do Gestor e/ou do Administrador do Fundo Intermediário. O gestor e/ou o administrador do Fundo Intermediário poderá ser destituído por justa causa em determinadas situações, inclusive mediante decisão proferida pelo tribunal competente comprovando que suas ações, ou omissões, ensejam a destituição por justa causa. Não é possível prever o tempo em que o tribunal competente levará para proferir tais decisões e, portanto, nem quanto tempo o gestor e/ou o administrador do Fundo Intermediário permanecerá no exercício de suas funções após eventual ação, ou omissão, que possa ser enquadrada como justa causa. Nesse caso, o Fundo Intermediário, os seus cotistas e o **FUNDO** deverão aguardar a decisão do tribunal competente ou, caso entendam pertinente, poderão deliberar pela destituição do gestor sem justa causa e, no caso de destituição do gestor sem justa causa, pagar a taxa de performance complementar. Eventual demora na decisão a ser proferida pelo tribunal competente para fins de destituição por justa causa do gestor e/ou do administrador do Fundo Intermediário, poderá impactar negativamente os cotistas e o Fundo Intermediário e, consequentemente, o **FUNDO**.

13.40. Risco Relacionado à Destituição sem Justa Causa do Gestor e/ou do Administrador do Fundo Intermediário. O gestor e/ou o administrador do Fundo Intermediário poderá ser destituído sem justa causa mediante deliberação da assembleia geral de cotistas, observado o quórum aplicável. Os critérios previstos para pagamento da taxa de performance complementar ao gestor do Fundo Intermediário, na hipótese de destituição sem justa causa deste, podem vir a dificultar a contratação de futuros gestores para o Fundo Intermediário, o que poderá impactar negativamente os cotistas e o Fundo Intermediário e, consequentemente, o **FUNDO**.

13.41. Risco de Amortização em Ativos. Em caso de iliquidez dos ativos do Fundo Intermediário, as cotas do Fundo Intermediário, incluindo aquelas detidas pelo **FUNDO**, por orientação do Gestor e/ou de eventual consultor especializado do Fundo Intermediário, poderão ser amortizadas mediante entrega de ativos aos cotistas, proporcionalmente. Nesse caso, o **FUNDO** e os cotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização.

13.42. Resgate por Meio da Dação em Pagamento dos Ativos Integrantes de Carteira do Fundo. O regulamento do Fundo Intermediário estabelece que, ao final do prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada do Fundo Intermediário, o Fundo Intermediário poderá efetuar o resgate das cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na carteira do fundo. Nesse caso, os cotistas do Fundo Intermediário, incluindo o **FUNDO**, poderão receber Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação no Fundo Intermediário, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los.

13.43. Outros Riscos. As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

13.44. Política de Administração dos Riscos

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

O investimento no **FUNDO** apresenta riscos para o investidor. Ainda que a **ADMINISTRADORA** e o **GESTOR** da carteira do **FUNDO** mantenham controles e sistemas de gerenciamento de riscos segregados, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o investidor.

Baseado em um ou mais modelos matemáticos e estatísticos aplicados à carteira do **FUNDO** (conforme aplicável de acordo com os mercados em que o **FUNDO** atue), e com o objetivo de garantir que o **FUNDO** esteja exposto apenas aos riscos inerentes à sua política de investimento e de acordo com os critérios de risco estabelecidos no presente Regulamento, os principais modelos utilizados são:

- V@R (Value at Risk): modelo que estima, a partir de séries temporais e variáveis estatísticas, a perda financeira máxima para um dia relativa ao posicionamento e à exposição atual da carteira do **FUNDO**.
- Stress Testing: modelo de simulação da perda financeira num cenário econômico-financeiro crítico, através da utilização de expressivas variações dos preços dos ativos e derivativos que atualmente compõem a carteira do **FUNDO**.
- Back Test: ferramenta aplicada para a verificação da consistência entre o resultado obtido pelo modelo do V@R e o resultado efetivo do **FUNDO**.
- Controle de Enquadramento de Limites e Aderência à Política de Investimentos: realizado diariamente pela **ADMINISTRADORA**, mediante a utilização de sistema automatizado.
- Gerenciamento de Risco de Liquidez: a liquidez do **FUNDO** é mensurada através das características inerentes dos ativos, derivativos e margens de garantias presentes na carteira do **FUNDO**, comparando-se o tamanho das posições detidas pelo **FUNDO** com a liquidez aparente. A liquidez aparente, por sua vez, é a quantidade observada de ativos negociados para um determinado período. Também são consideradas nesta análise todas as obrigações do **FUNDO**, inclusive com relação aos seus cotistas.

14. Tributação Aplicável:

O disposto nesta Seção foi elaborado com base nas regras brasileiras em vigor na data deste Regulamento e têm por objetivo descrever, genericamente, o tratamento tributário aplicável aos cotistas residentes para fins fiscais no Brasil e ao **FUNDO**. A regras tributárias adiante dispostas podem ser alteradas a qualquer tempo, seja pela instituição de tributos, alteração de alíquotas e/ou base de cálculos vigentes, e interpretação dos Tribunais e/ou autoridades governamentais. Existem, também, algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivos estes pelos quais os cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação efetivamente aplicável aos investimentos realizados no **FUNDO**.

14.1. TRIBUTAÇÃO DO FUNDO:

I – Imposto de Renda (“IR”): Os rendimentos, ganhos líquidos e de capital auferidos pela carteira do **FUNDO** são isentos de IR.

II – IOF sobre operações com Títulos e Valores Mobiliários (“IOF-TVM”): Atualmente, aplica-se à alíquota de 0% (zero por cento) de IOF-TVM, para todas as hipóteses de aplicações realizadas pelo **FUNDO**. Ressalta-se que a alíquota do IOF-TVM pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

III – IOF sobre operações de câmbio (“IOF-Câmbio”): As operações de conversões de moeda estrangeira para moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura decorrentes de investimentos realizados pelo **FUNDO** no exterior, estão sujeitas ao IOF-Câmbio. Atualmente, as operações de câmbio, para remessas e ingressos de recursos, realizadas pelo **FUNDO** relativas às suas aplicações no exterior, nos limites e condições fixados pela CVM, estão sujeitas à alíquota de 0% (zero por cento), sendo que, via de regra e nas demais operações, a alíquota do IOF-Câmbio aplicável é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Ressalta-se que a alíquota do IOF-Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), sendo tal aumento aplicado apenas prospectivamente.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

14.2. TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS:

Os cotistas do **FUNDO** estarão sujeitos à seguinte tributação:

I – IR: o IR aplicável aos cotistas do **FUNDO** tomará por base 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de cotas do **FUNDO**; (ii) cessão ou alienação de cotas do **FUNDO**; e (iii) amortização das cotas do **FUNDO**:

(i) resgate/liquidação das cotas do **FUNDO**: na situação de resgate/liquidação de cotas do **FUNDO**, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas do **FUNDO**, sendo tributado na fonte ("IRRF") de acordo com classificação da carteira do **FUNDO**, se de longo ou de curto prazo, e em observância do disposto nas regras pertinentes.

Caso a carteira do **FUNDO** seja classificada como de longo prazo, os cotistas do **FUNDO** serão tributados pelas seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias, (c) 17,5% (dezessete e meio por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) até 720 (setecentos e vinte) dias, e (d) 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira do **FUNDO** seja classificada como de curto prazo, os cotistas do **FUNDO** serão tributados pelas seguintes alíquotas decrescentes (a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, e (b) 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias:

(ii) cessão ou alienação das cotas do **FUNDO**: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das cotas do **FUNDO** em operação em bolsa de valores devem ser tributados conforme alíquota aplicável na legislação tributária vigente, tratamento aplicável aos ganhos líquidos, cabendo ao próprio cotista o cálculo e recolhimento do imposto.

Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor da alienação; e

(iii) amortização das cotas do **FUNDO**: no caso de amortização de cotas do **FUNDO**, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, aplicando-se a alíquota com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do **FUNDO** e em função do prazo do investimento do respectivo cotista do **FUNDO**, conforme alíquotas do IRRF mencionadas acima.

Não há garantia de que será aplicável ao **FUNDO** o tratamento tributário de longo prazo.

O IRRF será considerado: (i) definitivo no caso dos Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação da tributação corporativa aplicável aos Cotistas pessoas jurídicas, sendo que outras entidades podem ter tratamento diferenciado conforme sua própria natureza e regras específicas aplicáveis.

O disposto nos artigos anteriores não se aplica aos Cotistas sujeitos a regras de tributação específicas ou não-residentes para fins fiscais no Brasil, na forma das regras tributárias em vigor.

II – IOF-TVM: é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate/liquidação ou amortização das cotas do **FUNDO**, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo e conforme a tabela regressiva. A alíquota é igual a 0% (zero por cento) do rendimento nas operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

A alíquota do IOF-TVM pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

15. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem

**CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO –
INVESTIMENTO NO EXTERIOR**

da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o regulamento da referida Câmara.

São Paulo, 30 de agosto de 2022.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Anexo I ao Regulamento do CSHG Pátria Private Equity VII Fundo de Investimento Multimercado

Diretrizes de Investimento

Os termos definidos constantes deste documento têm o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento do Fundo ao qual este documento é anexo. Para fins de esclarecimento, as diretrizes de investimento descritas neste **Anexo I** não se confundem com a política de investimento do Fundo, prevista no Capítulo III do Regulamento. Eventuais alterações nestas diretrizes de investimento não impactarão a política de investimento do Fundo.

O Fundo, o Fundo Intermediário e o Fundo Investido fazem parte da estratégia do Pátria Private Equity VII ("Estratégia"), no âmbito da qual o Gestor e suas Partes Ligadas buscarão, em regime de melhores esforços e sem qualquer restrição, realizar investimentos de forma a compor os recursos investidos no Fundo com os recursos investidos por outros veículos de investimento, administrados e/ou geridos pelo Gestor ou suas Partes Ligadas, no Brasil ou no Exterior, com a intenção de observar as diretrizes de investimento abaixo descritas ("Diretrizes de Investimento").

As Diretrizes de Investimento devem ser consideradas como características que serão preferencialmente perseguidas no âmbito da Estratégia, sem qualquer compromisso e/ou obrigação por parte do Gestor e suas Partes Ligadas, no entanto, de que as mesmas serão observadas caso o Gestor e suas afiliadas, a seu livre e exclusivo critério, atuando na defesa do melhor interesse dos seus investidores no âmbito da Estratégia, entenda que parte ou a totalidade das Diretrizes de Investimento não devam ser observadas por ocasião de qualquer investimento, a qualquer tempo.

As Diretrizes de Investimento, portanto, não representam qualquer limitação ao Gestor no desempenho das atividades de gestão do Gestor ou de suas afiliadas com relação à Estratégia.

Diretrizes de Investimento

No âmbito da Estratégia serão buscados retornos significativos e valorização de capital no longo prazo por meio da aquisição de posições de controle ou de posições minoritárias relevantes em companhias latino-americanas (investidas, direta ou indiretamente, pelo Fundo Intermediário) e companhias brasileiras (investidas pelo Fundo Investido), de capital fechado, de pequeno e médio porte que, no entendimento exclusivo do Gestor e suas Partes Ligadas: (i) tenham sócios e executivos bem-sucedidos; (ii) estejam crescendo e sejam rentáveis; (iii) operem em setores resilientes e fragmentados, prontos para consolidação, principalmente por meio de aquisições adicionais; (iv) tenham modelos de negócios escaláveis; e (v) sejam capazes de desenvolver uma proposta de valor atraente no setor.

Embora a no âmbito da Estratégia haja flexibilidade para a realização de investimentos em qualquer tipo de oportunidade, seu foco prioritário deverá ser, em princípio, segmentos que estejam em determinados pontos positivos de inflexão, na concepção do Gestor e suas Partes Ligadas, assim entendidos como:

Características e Estratégia de Investimento

- Média entre R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por tese de investimento;

- foco em setores nos quais o Gestor e suas Partes Ligadas possuem experiência prévia, tais como saúde, alimentação e bebidas e agronegócio, dentre outras
- Parceria com sócios e executivos, com abordagem associativa;
- Aquisição de controle ou participação minoritária relevante que viabilize gerenciamento ativo das sociedades-alvo;
- Forte potencial de crescimento por meio de expansão orgânica e/ou aquisições;
- Foco em melhoria operacional;
- Consolidação de mercados fragmentados; e
- Opções flexíveis de desinvestimento.

CSHG PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Características das sociedades-alvo de investimentos do Fundo Intermediário e do Fundo Investido

- Pequenas e médias empresas com receita média entre R\$250 milhões (duzentos e cinquenta milhões de reais) e R\$600 milhões (seiscentos milhões de reais) por ano;
- Empresas rentáveis e em crescimento, com vantagens competitivas em comparação com seus pares;
- Modelos de negócios escaláveis, com forte geração de caixa para financiar crescimento orgânico e inorgânico;
- Oportunidades de melhoria operacional identificáveis;
- Baixa ou nenhuma alavancagem;
- Proprietários e executivos bem-sucedidos, com equipe de gerenciamento experiente;
- Principalmente focado no Brasil e na América Latina;
- Potencial para criação de valor por meio de iniciativas digitais

Limites Indicativos de Investimento

Limitações Geográficas: no âmbito da Estratégia não serão realizados investimentos em sociedades não relacionadas à América Latina.

Negociações em Mercado: O Fundo Intermediário não realizará investimentos em ativos de sociedades listadas em mercado de bolsa ou de balcão, salvo se a realização de tais investimentos estejam em conexão ou permitam a realização de uma transação privada.

Imobiliária: No âmbito da estratégia não serão realizados investimentos diretos em ativos imobiliários ou em transações baseadas principal e substancialmente no valor do imóvel subjacente, embora tanto o Fundo quanto o Fundo Investido possam investir em empresas com participações substanciais em ativos imobiliários.

Aquisições Hostis: O Fundo Intermediário e o Fundo Investido buscarão não investir em Sociedades no Exterior cujo(s) acionista(s) controlador(es) (*i.e.* aquele(s) que detenha(m) mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto) se oponham ao investimento do Fundo ou do Fundo Investido.

Exploração de Petróleo e Gás: no âmbito da Estratégia não serão realizados investimentos diretamente na exploração de petróleo e gás.

Conforme mencionado anteriormente, as Diretrizes de Investimento acima representam exclusivamente uma intenção, e podem não ser observadas pelo Gestor, a seu exclusivo critério, caso entenda não ser na defesa do melhor interesse dos cotistas do Fundo, do Fundo Intermediário e do Fundo Investido. As características aqui dispostas poderão ser alteradas de tempos em tempos, a exclusivo critério do Gestor e sem qualquer obrigação de comunicação ou de alteração deste anexo por parte do Gestor. Portanto, **não há garantia de que as Diretrizes de Investimento serão respeitadas ou de que a estratégia de investimento do Fundo, do Fundo Intermediário e do Fundo Investido atinja o objetivo de investimento pretendido.**